

O Lugar das Filipinas na Memória da Gesta Castelhana na Ásia nos Inícios do Século XVII

Os Casos de Bartolomé Leonardo de Argensola e de Antonio de Morga

MIGUEL RODRIGUES LOURENÇO*



Considerando, no seu estudo já clássico, a divulgação de notícias sobre as Filipinas na literatura impressa europeia, Donald F. Lach não pôde deixar de notar a lateralidade com que aquelas tenderam a ser veiculadas durante os séculos XVI e XVII, amiúde por elementos comprometidos com projectos de aproximação à China, ao Japão ou a Maluco. Não sem operacionalidade considerou o autor que apenas a partir da primeira década do século XVII foram as Filipinas assumidas enquanto objecto literário de pleno direito¹.

A continuidade da presença castelhana no arquipélago desde 1565, e com maior estabilidade logística a partir de 1571, possibilitou a acumulação directa de um extenso banco de dados informativo acerca do Sueste Asiático e da Ásia Oriental. O contexto de aparente facilitismo bélico em que se processou a apreensão hidrográfica, geográfica, mercantil e política do seu entorno gerou, quer entre os elementos estantes no terreno, quer ainda nos vice-reinos americanos – em particular a Nova Espanha – e na própria

península Ibérica, uma verdadeira euforia de intervenção militar, comercial e evangélica nos litorais asiáticos – entusiasmo que o acesso de Filipe II à Coroa portuguesa, meros quinze anos volvidos sobre o início da expansão nas Filipinas, veio ampliar.

Ao longo das três últimas décadas do século XVI, a acumulação do conhecimento sobre a Ásia foi concomitante a uma dispersão dos campos de intervenção. China (a partir de 1575), Bornéu (1578), Mindanau e Sulu (1578 e 1596), Macau (a partir de 1582), Maluco (1582, 1584, 1585, 1593), Japão (a partir de 1592), Camboja (1596): o reconhecimento do valor geoestratégico do arquipélago como “*plataforma insular de expansión hacia los diversos ámbitos de Asia Oriental*”² foi imediato e impulsionou movimentos de afastamento em relação ao que, em certa medida, se poderia chamar de área vital de segurança do estabelecimento castelhana – o núcleo das Visayas até o Sul de Lução –, ao sabor das oportunidades político-mercantis que a tela epocal do Sueste Asiático e Ásia Oriental proporcionava.

Período de ânimo expansionista, as décadas finais de Quinhentos não corresponderam menos a um tempo formativo e de aprendizagem sobre os limites e possibilidades de intervenção nos litorais asiáticos. À medida que se frustravam as expectativas e projectos diplomáticos na Ásia Oriental (China e Japão) e se goravam os esforços de se assegurar uma posição de

* Licenciado em História e Mestre em História dos Descobrimientos e da Expansão Portuguesa pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, está actualmente a preparar o Doutoramento em História na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Bolseiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Master's Degree in the History of the Age of Portuguese Discoveries from Lisbon University's Faculty of Arts. Currently is preparing his Ph.D. in History at Lisbon's Universidade Nova's Faculty of Social and Human Sciences.

CRONISTAS ESQUECIDOS DO EXTREMO ORIENTE (SÉCULOS XVI-XVIII)



“Representação ou delineação fiel de todas as costas e terras da China, Cochinchina, Camboja, Sião, Malaca, Arracão e Pegu, assim como das ilhas vizinhas, grandes e pequenas, e ainda dos escolhos, recifes, bancos e baixios, tudo tirado dos mais correctos roteiros e cartas actualmente usadas pelos pilotos portugueses”, gravura inserida em *Itinerário, Viagem ou Navegação de Jan Huygen van Linschoten para as Índias Orientais ou Portuguesas* (1596), edição preparada por Arie Pos e Rui Manuel Loureiro, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

influência ou de força no Sueste Asiático (Camboja) e na Insulíndia (Bornéu, Sul de Mindanau e Maluco), a experiência castelhana no extremo Ocidente do seu Império proporcionava cada vez menos episódios de dimensão comparável às conquistas que se haviam sucedido na América. Estes fenómenos explicam, em parte, que a fixação da memória histórica sobre as ilhas tenha sido conduzida, primordialmente, pelas ordens religiosas aí residentes³ e que a dimensão histórica da “gesta castelhana na Ásia” surja, até finais da primeira década de Seiscentos, estreitamente articulada ou diluída na expressão literária dos diversos projectos apostólicos desses institutos.

Entre 1585, quando a produção impressa de natureza histórica começa a afectar a inclusão de

elementos decorrentes das explorações asiáticas, com o aparecimento, em Roma, da *Historia del Gran Reino de la China* de Juan González de Mendoza, O. S. A., até à edição dos textos de Marcelo de la Ribadeneira⁴, O. F. M. (1601), Pedro Chirino⁵, S. J., e frei Gabriel Quiroga de San Antonio⁶, O. P. (ambos em 1604), a lógica de narração dos sucessos militares/profanos foi subordinada aos objectivos de promoção institucional das novas províncias religiosas com sede nas Filipinas.

A opção por um afastamento consciente em relação a uma fenomenologia da conquista e da exploração não deixou de se traduzir, globalmente, em insuficiências significativas ao nível da percepção e apreensão do espaço, em especial, do próprio arquipélago que constituía a sua base de operações. É possível notar,

FORGOTTEN CHRONICLERS OF THE FAR EAST (16TH–18TH CENTURIES)

a título de exemplo, equívocos grosseiros, quer ao nível da adequação da toponímia ao objecto que pretende designar (ilha, porto, arquipélago), quer ao nível da confusão e troca de topónimos, o que sucede não apenas em quem nunca se deslocou à Ásia, mas também em figuras que se demoraram no arquipélago⁷.

Cumulativamente, as expectativas face a outros cenários de apostolado mantidas por Agostinhos, Franciscanos e Dominicanos retiraram enfoque ao espaço geográfico das Filipinas, salientando, ao invés, uma concepção geoestratégica do arquipélago não como ponto de destino, mas como território de passagem. É sintomático que apenas o livro de Pedro Chirino, S. J., se atenha à geografia do arquipélago, coincidente com os limites da vice-província das Filipinas, ou não estivesse o seu instituto já envolvido, por via do Padroado Português, na evangelização dos territórios circundantes.

A literatura histórica deste período privilegia, portanto, narrativas orientadas em função dos projectos apostólicos que presidiram à preparação destes livros. O tempo histórico destas obras é o tempo da missão, tempo religioso, o qual não se compadece com o tempo político, diplomático, comercial. A História relatada é a da Província e o discurso, ritmado pelo progresso anual das missões e pela sucessão dos *exempla* e milagres da missão.

II

A impressão, em 1609, dos escritos de Antonio de Morga (1559-1636) e de Bartolomé Leonardo de Argensola (1562-1633) representa uma alteração qualitativa nas soluções de apreender a expansão castelhana na Ásia. A novidade situa-se, em larga medida, ao nível do enfoque. O protagonismo histórico, que um autor como Marcelo de Ribadeneira colocara modelarmente sobre o exemplo da varonia apostólica dos seus correligionários⁸ desloca-se sobre quem, “*con armadas y gentes Españolas, an surcado los mares, descubierto y conquistado grandes reinos, en lo más remoto e incógnito del mundo*”⁹, em nome de uma edificação verdadeira e digna da memória de quantos lutaram pela monarquia, contra a heresia, em paragens longínquas¹⁰.

Em 1609, o discurso histórico privilegia os sucessos profanos em detrimento dos apostólicos. O projecto literário de Bartolomé Leonardo de Argensola

encontra-se, por este, enunciado desde o início da obra: “*Yo escribo la reducción de las Islas Malucas a la obediencia de Felipe III*”¹¹. Variante significativa, porquanto a opção por uma fenomenologia de cariz militar, retirando a condução da narrativa história a um determinando instituto/projecto religioso, acarreta consigo o desdobramento do espaço geográfico apreciado, uma visão espacialmente mais holística da gesta castelhana na Ásia.

O advento, no mesmo ano, de dois textos com estas características é tanto mais afortunado, quanto a sua preparação foi levada a cabo em meios societários distintos, onde circulavam perspectivas particulares da experiência asiática, o que se reflectiu, ulteriormente, em programas literários independentes. As suas narrativas materializam os primeiros esforços de proporcionar, em perspectiva histórica, uma visão global dessa mesma realidade.

Recentemente assinalada como a “primeira História das Filipinas”¹², a obra que conhecemos pelo nome de *Sucesos de las Islas Filipinas*, de Antonio de Morga, corresponde a um esforço de reelaboração de escritos anteriores preparados nas Filipinas entre 1598 e 1602¹³. Morga desempenhou funções oficiais no governo das ilhas como assessor e tenente-general do governador das ilhas e primeiro ouvidor da refundada *Audiencia* de Manila entre 1595 e 1603, ano em que regressou à Nova Espanha para assumir a *alcaldía del crimen* na *Audiencia* do México¹⁴. W. E. Retana, primeiro editor da obra em castelhano no século XX, sugere que a preparação dos *Sucesos* decorreria nos quatro anos seguintes à sua saída do arquipélago até 1607, de quando há notícia datar um manuscrito, actualmente desaparecido, intitulado *Descubrimiento, conquista, pacificación y población de las Islas Filipinas. Por el Doctor Antonio de Morga*. A julgar pela proximidade de algumas passagens entre os *Sucesos* e a obra coetânea de Bartolomé Leonardo de Argensola, o texto circularia já em cópias na península nos anos seguintes, o que teria possibilitado a sua integração por este cronista na sua própria narrativa¹⁵.

O programa literário subjacente à composição dos *Sucesos* não tem suscitado um debate amplo na historiografia que se dedicou ao estudo da obra. A distribuição quantitativa e qualitativamente desigual da informação histórica proporcionada ao longo dos oito capítulos em que se dividem os *Sucesos* tornou



CRONISTAS ESQUECIDOS DO EXTREMO ORIENTE (SÉCULOS XVI-XVIII)

patente, na economia da narrativa, a singularização de um período específico na cronologia da ocupação castelhana: os anos do seu mandato em Manila, onde a personagem do próprio autor assumirá particular relevância no decurso da acção.

A preferência cronológica e o protagonismo histórico de Antonio de Morga têm sustentado a intencionalidade, não apenas promocional do texto mas, igualmente, apologética. A obra constituiria a resposta a um período de contrariedades pessoais na vida do autor, marcado pelo recrudescimento progressivo das inimizades contra si no seio da sociedade manilense, bem como pela desastrosa ofensiva naval que conduziu contra a esquadra de Olivier van Noort, junto à costa de Lução, nos finais de 1600. A identificação, por Retana, de núcleos literários nos *Sucesos* cuja elaboração pode ser datada de 1598-1602 (durante, portanto, a sua estância no arquipélago) reforça a ideia de uma redacção impulsionada pela necessidade de justificação de um oficial régio em desprestígio¹⁶. Um motivo cuja urgência o passar dos anos não terá atenuado, à medida que a versão de van Noort sobre o confronto era tornada acessível na Europa em flamengo e francês (1602) e, no *Consejo de Indias*, se arrastava a apreciação do fiasco naval (em 1608, o caso ainda mantinha actualidade)¹⁷.

Contrariamente a *Sucesos de las Islas Filipinas*, a *Conquista de las Islas Malucas* de Bartolomé Leonardo de Argensola (1561-1631) aparenta ter passado por um período de concepção e maturação

menos demorado. O seu autor, oriundo de uma família com tradição de serviços à Coroa aragonesa na península e em Itália, foi reitor paroquial nos estados do Duque de Villahermosa (Reino de Aragão) e capelão da imperatriz viúva, María de Áustria, desde 1592 até à sua morte, em 1603¹⁸. A assistência à imperatriz permitiu a sua estadia prolongada na Corte dos Habsburgo e a aproximação à família do Conde de Lemos, Don Pedro Fernández de Castro (1572-1622), 7.º do título e, desde 1603, Presidente do *Consejo de Indias*. A redacção de *Conquista de las Islas Malucas*, encomendada a Bartolomé Leonardo de Argensola para celebrar a tomada da fortaleza de Ternate pelas forças de Don Pedro Bravo de Acuña em 1606, deve, por conseguinte, ser entendida no contexto da gestão do organismo que dirige e, sobretudo, da sua carreira política.

Em 1603, quando é nomeado para a presidência do *Consejo*, funções que ocuparia até à sua saída para o vice-reino de Nápoles, em 1610, Don Pedro

Fernández de Castro encontrava-se, ainda, nos alvares do seu percurso político. O seu acesso ao condado era ainda bastante recente (1601). Contudo, o sucessor da casa de Lemos beneficiava, desde logo, da aliança da sua família com a dos Sandoval, formalizada pelo seu casamento, em 1598, com a filha daquele que viria a ser o valido de Filipe III, o Duque de Lerma, Francisco de Sandoval y Rojas, num momento em que Don Pedro era apenas Marquês de Sarriá¹⁹.

Justamente, de acordo com Isabel Enciso Alonso-Muñumer, o início da vida política do Conde de Lemos seria marcada por uma luta pelo poder



Frontispício de *Sucesos de las Islas Filipinas* de Antonio de Morga, México, 1609.

FORGOTTEN CHRONICLERS OF THE FAR EAST (16TH–18TH CENTURIES)

contra o primogénito do Duque de Lerma, Cristóbal de Sandoval e, paralelamente, por um esforço reformista no *Consejo de Indias* que viria a contrariar uma estratégia que o próprio Lerma havia apoiado para o organismo: o funcionamento, desde 1600, de uma *Junta de Cámara de Indias*, composta parcialmente por membros do *Consejo* e com intendência sobre o provimento de ofícios e mercês. Don Pedro Fernández de Castro, ao defender a extinção da *Junta* e a redução do oficialato no *Consejo* em nome de um necessário racionalismo económico, efectivamente criava condições para diminuir a capacidade de intervenção do valido do monarca nas dinâmicas de patronato²⁰.

A oportunidade da conquista de Ternate, apresentada ao Conde de Lemos no próprio ano do início das suas funções²¹ e a concretização imediata da empresa em 1606 – dois anos após a aprovação da empresa e sua atribuição ao governador das Filipinas, Don Pedro Bravo de Acuña – surgiam, neste contexto, como uma ocasião de promoção pessoal que o recém-empossado Presidente não deixaria de aproveitar. Como se disse, a crónica da conquista seria encomendada a Bartolomé Leonardo de Argensola que, dispondo de todo o manancial documental do *Consejo de Indias*, finalizaria a obra logo em 1608, dando-se aos prelos no ano seguinte.

III

A independência dos programas literários das duas obras, concebidos em meios societários distintos por elementos com níveis profundamente desiguais de ligação ao objecto narrativo, influiu, de forma decisiva, na participação das Filipinas na economia do discurso. Desse modo, afectou, igualmente, a função qualitativa das ilhas no momento da sua inscrição no sistema de pensamento dos autores.

O peso da experiência individual de Morga e de Leonardo de Argensola não deixou de se evidenciar ao nível mais elementar da apreensão geográfica do arquipélago. Para este último, por exemplo, as *Filipinas*, assim denominadas por Miguel López de Legazpi, em detrimento do seu nome original de *Luzones*²², são igualmente *Manilas*²³ que, por sua vez, não deixam de ser *Zebu*²⁴. O autor não impõe nunca às Filipinas um topónimo decisivo com personalidade suficiente que permita a sua sobreposição aos restantes.

Esta confusão toponímica coloca problemas que, conquanto, no imediato, se materializem ao

nível da identificação espacial, se situam na ordem da conceptualização identitária e da conformação geográfica. Dito de outro modo, a existência de perturbações no campo fundacional da denominação sugere que o elemento de identidade, o topónimo, não goza da necessária estabilidade semântica para a sua utilização inequívoca.

A continuidade da presença castelhana no arquipélago desde 1565, e com maior estabilidade logística a partir de 1571, possibilitou a acumulação directa de um extenso banco de dados informativo acerca do Sueste Asiático e da Ásia Oriental.

Por um lado, importa considerar, como se disse, que a redacção de *Conquista* se processa a instâncias do Presidente do *Consejo de Indias*. Desta forma, Leonardo de Argensola beneficiou da mesma facilidade de acesso documental que Antonio de Herrera, *coronista mayor de Indias*, já havia gozado para a preparação da sua *Historia General de los hechos de los Castellanos en las Islas y Tierrafirme del Mar Océano*, entretanto impressa em 1601. Neste contexto, a possibilidade de leitura de um elevado manancial informativo significa contactar com tradições diferenciadas e nem sempre conciliáveis de percepção geográfica. Contudo, o processo de harmonização discursiva de toda a documentação compulsada nem sempre gerou a consciência de uma necessidade prévia de sistematização e nivelamento dos dados disponíveis.

Por outro lado ainda, a expansão castelhana por um arquipélago a que nos habituámos a adjectivar de “filipino” não encontra uma correspondência entre espaço geográfico e espaço político, donde não ser viável, como evidência identitária, o recurso ao topónimo *Filipinas*. Pelo contrário, falar de *Filipinas*, nestes textos, implica, em larga medida, um jogo de



BARTOLOMÉ LEONARDO DE ARGENSOLA

*Aragonés. Canónigo de Zaragoza, y Cronista
del Reyno de Aragon: ilustre Historiador, y
Poeta. Nació en 1566, y murió en 1631.*

FORGOTTEN CHRONICLERS OF THE FAR EAST (16TH–18TH CENTURIES)

oposições entre sistemas de ordenação geográfica e construções culturais: fazer valer, no fundo, uma dada percepção do espaço em detrimento de sistemas e de imagens preexistentes de compreender a realidade asiática insular.

Esta dinâmica de oposições encontra-se muito vincada nas páginas de *Sucesos de las Islas Filipinas*. A necessidade de situar o leitor face ao espaço narrado aportou ao discurso uma variedade de referentes geográficos e culturais no interior dos quais se desenvolve a identidade do arquipélago: referentes complementados, no fim da obra, pela descrição minuciosa das ilhas ditas *Filipinas*.

Justamente, será nesta alteração de enfoque entre o macro-geográfico e cultural e o micro-geográfico e governativo/etnográfico/militar que o topónimo *Filipinas* ganhará um substrato identitário que, a um tempo, será paradoxal e complementar.

Em Morga, as *islas Filipinas* – designação que começa por utilizar logo no prólogo e que corresponde ao topónimo de identidade – são, simultaneamente, uma realidade acabada e em construção. A contabilização do Bornéu, ilha sobre a qual escreve que “*no está pacificada*”²⁵, entre a imensidão das “*que son del nombre y gobierno de las Filipinas*”²⁶, indicia que, para a percepção dos limites geográficos do que corresponde, fundamentalmente, a uma unidade governativa sobre uma realidade insular, concorrem expectativas geoestratégicas de projecção territorial. Neste registo, o referente espacial como ordenador de um sistema de enquadramento geográfico expresso na forma toponímica *Filipinas* revela uma operacionalidade limitada para a apreensão do conceito. Inversamente, a “castelhanização” das ilhas como estrutura unitária de uma geografia, de outro modo, indistinta – mercê da ausência de sistemas políticos sofisticados no arquipélago – afigura-se como um instrumento analítico de maior utilidade.

No início da obra é possível ler:

“*Sujetadas las islas, con la soberana luz del santo Evangelio, que en ellas entró, se bautizaron los infieles, desterrando las tinieblas de su gentilidad, y mudaron sus nombres con el de Cristianos. Y dexaron también las islas el que tenían, tomaron (con la mudanza de ley y bautismo de sus naturales) el nombre de Islas Filipinas*”²⁷.



Retrato de Antonio de Morga. *Sucesos de las Islas Filipinas*, ed. de Francisca Perujo, Fondo de Cultura Económica, 2007.

Na passagem, as *Filipinas* representam uma acção pretérita. Nesta perspectiva, distancia-se, fundamentalmente, das crónicas religiosas sem negar a imagética da transformação que os une a todos. A conversão, nestas últimas, é uma acção em contínuo que se projecta para o futuro e que se intenta permanentemente conservar, um digladiar contínuo entre os religiosos e a constância dos novos cristãos e não o processo acabado que insinua Morga.

A metáfora do baptismo empregue por Antonio de Morga permanece, contudo, adequada e remete para o enquadramento das Filipinas no universo referencial expansionista dos Habsburgo dos finais do século XVI. A conquista integra as ilhas na mundividência castelhana: o baptismo do arquipélago, a mudança do seu nome, transporta-o a uma realidade nova. A nova lei é divina e terrena: após a entrada nas ilhas, Morga distingue três momentos – a pacificação, a conversão e a implementação de um novo modo de governo²⁸.

Filipinas veicula, portanto, uma actualidade que se percebe pelo confronto entre a sua realidade passada e presente. A dimensão castelhana é um aspecto

Gravura de Bartolomé Leonardo de Argensola, desenhada por J. R. Rodríguez, executada por J. A. Carmona (c. 1790-1805), Biblioteca Nacional de Lisboa.

CRONISTAS ESQUECIDOS DO EXTREMO ORIENTE (SÉCULOS XVI-XVIII)

estrutural da percepção e modelação do conceito que se manifesta, em primeiro lugar, na toponímia. O nível mais elementar de identificação do arquipélago, o seu nome, é uma expressão da intervenção castelhana sobre o mesmo. Em Morga, a denominação, entendida como consequência da conquista²⁹, assume um valor simbólico operativo na medida em que concretiza transformações reais ao espaço denominado. A introdução da Lei (nas suas vertentes divina e humana) é o que marca verdadeiramente o passado e o presente das ilhas, para ilustrar porque foi cunhado o topónimo por que então passaram a ser conhecidas. A Lei afasta o Demónio e a sua tirania e instaura a ordem do governo e da religião.

As *Filipinas* substituem-se a uma designação anterior, assumindo uma realidade e, necessariamente, uma identidade, completamente diferentes, onde a intervenção castelhana se assume como o momento decisivo das mesmas e o marco entre o antes e o agora. Em Morga, a toponímia rejeitada poderia ser o *Archipiélago de San Lázaro*. Contudo, o topónimo constituiu, não uma designação arcaica, mas um referencial geográfico.

Na abertura do capítulo primeiro de *Sucesos*, Morga procura enquadrar as ilhas adjacentes à Ásia no marco do conhecimento europeu, remetendo para um constructo cultural veiculado pelos cosmógrafos do seu tempo:

*“Llamanlas de ordinario en sus libros, y descripciones y cartas de marear, el grande Archipiélago de San Lázaro, que son en el mar Océano Oriental; de las quales, entre otras más famosas son las islas del Maluco, Céleves, Tendaya, Luzón, Mindanao y Borneo, que agora se llaman las Filipinas”*³⁰.

Cunhado originalmente para designar as ilhas descobertas e exploradas pela expedição de Magalhães, *San Lázaro* nunca conseguiu assumir poder vinculativo para se impor junto da comunidade de navegadores e de expedicionários que posteriormente haveriam de frequentar o arquipélago. A projecção da Coroa de Castela sobre os mares asiáticos suscitou, contudo, a necessidade de introduzir e de instituir uma visão castelhana de um espaço até então perspectivado a partir de referentes geográficos predominantemente veiculados por portugueses. A resposta a este imperativo estratégico processou-se pela expansão funcional e semântica do topónimo *Archipiélago de San Lázaro*. A incorporação semântica da multitude de ilhas e de

arquipélagos do Sueste Asiático e do Pacífico Ocidental criou a possibilidade de uma categoria geográfica unitária de apropriação espacial mais ampla. Deste modo, o topónimo subsistiria como forma erudita de classificação geográfica³¹ sobre um espaço que se reivindica de tutela castelhana. Neste sentido, as Filipinas, enquanto corporização de uma autoridade governativa que se realiza no interior desta construção, constituem a expressão mais acabada das ambições castelhanas.

*A impressão, em 1609,
dos escritos de Antonio
de Morga (1559-1636)
e de Bartolomé Leonardo
de Argensola (1562-1633)
representa uma alteração
qualitativa nas soluções
de apreender a expansão
castelhana na Ásia.*

A dimensão de soberania e de governo é crucial para a compreensão do sentido semântico de *Filipinas*. No final da obra, quando Morga abandona a forma *San Lázaro* em detrimento de uma relativização dos referentes geográficos do arquipélago, é pela afirmação do domínio sobre as ilhas que estas ganham personalidade. No último capítulo, redigido, provavelmente, desde 1598³², *Filipinas* surge como um espaço delimitado dentro das noções geográficas mais alargadas de *“islas del poniente”* e *“islas orientales”*. Subjacente está o reconhecimento do carácter artificial das denominações geográficas e da sua legitimidade à luz dos diferentes processos expansionistas que as originam. Neste contexto, a individuação nominativa de *Filipinas* retira o seu sentido do facto de se encontrarem *“sujetas a la corona de Castilla”*. A distinção é feita sobre *“las que son del nombre y gobierno de las Filipinas.”*³³

Este marco da identidade das ilhas sente-se, quicá de modo mais vincado, em Bartolomé Leonardo de Argensola. Ao narrar a expedição de Esteban Rodríguez

FORGOTTEN CHRONICLERS OF THE FAR EAST (16TH–18TH CENTURIES)

de Figueroa a Mindanau (1596), o autor dirá que, após a sua morte, o *Maestre de Campo*, Juan de Xara, abandonou a ilha para regressar às Filipinas, o que indicia uma distinção geográfica conceptual³⁴. Pode suceder que, no cronista (ou no autor de que se socorre), tenha pesado a tradição geográfica de inserir a ilha de Mindanau no arquipélago dos Celebes, directamente consagrada nas páginas de *Conquista* a partir da *Década Quarta* de Diogo do Couto (1602)³⁵. O mais viável, contudo, é que a noção de *Filipinas* como espaço governado se tenha sobreposto à de espaço de projecção estratégica.

Esta instância de percepção não é pouco relevante, dado que, embora a ilha estivesse longe de estar pacificada, parte dela se encontrava repartida em *alcaldías mayores*³⁶. Donde ser admissível a existência de outros patamares de identidade na apreensão e utilização do topónimo.

Em Morga, a redução do enfoque a uma escala de descrição sistemática das ilhas sugere a ideia de um espaço vital estratégico que se concentra entre as Visayas superiores e a região de Lução-Mindoro:

“... las que son del nombre y gobierno de las Filipinas, serán quarenta islas grandes, sin otras menores, todas continuadas, que las más principales y conocidas, se llaman Luzón, Mindoro, Tendaya, Capul, Burías, Mazbate, Marinduque, Leite, Camar, Ybabao, Sebú, Panay, Bohol, Catenduanas, Calamianes, Mindanao, y otras de menos nombre.”³⁷.

A selecção de ilhas divulgada nesta passagem pretende articular os pontos nucleares da presença castelhana no arquipélago. Nesta acepção, as Filipinas são definidas por dois eixos estratégicos. O primeiro corta diametralmente as ilhas através de um meridiano que liga Lução a Mindanau. As duas maiores superfícies do arquipélago representam as suas fronteiras extremas e a segurança das Visayas que as medeiam, onde se processa a repartição de *encomiendas* e a fundação de missões religiosas. Um segundo eixo, transversal, denuncia a rota de comunicação com o vice-reino mexicano (Catenduanas, Capul, Burías, Masbate, Marinduque), fulcral à sobrevivência e continuidade das ilhas. A imagem de um núcleo fundamental de ilhas, em cujos limites se concreta o essencial da fortaleza castelhana no imenso arquipélago asiático, terá, provavelmente, presidido à formulação de Leonardo de Argensola sobre as movimentações de Juan de Xara.

A coexistência de várias propostas para a delimitação geográfica das Filipinas não deve impressionar. A falta de unidade po lítica nas ilhas permitiu uma apreensão bastante dinâmica do arquipélago, recorrendo à castelhanização como estrutura de coesão de uma geografia de outro modo indistinta. Neste contexto, o sentido toponímico das Filipinas expressou-se, simultânea e complementarmente, pela presença efectiva num conjunto de ilhas, bem como pela projecção estratégica do governo de Manila sobre o seu entorno.

IV

Nos inícios do século XVII, a possibilidade de convergência semântica entre domínio e intenção de domínio no topónimo *Filipinas* foi um produto claro da multiplicação dos espaços de intervenção castelhana na Ásia ao longo da centúria precedente. A experiência asiática foi geradora de uma memória onde a presença nas ilhas se dissocia com muita dificuldade da aproximação a outros cenários políticos e comerciais; onde, essencialmente, a história dos castelhanos na Ásia surge como um processo multifacetado, inteligível a partir de uma dinâmica de articulação do seu núcleo geográfico de operação por excelência, as Filipinas, a realidades a ele exógenas.

Na literatura histórica, contudo, a fixação da memória sobre a empresa castelhana na Ásia não foi imune a uma reflexão ou debate suscitados no seio dos circuitos complexos que, em diferentes instâncias, dela participavam. O aparecimento de um discurso crítico sobre as Filipinas foi contemporâneo e decorreu, em larga medida, do esforço de viabilização económica das ilhas na década de 1570³⁸.

De acordo com Manel Ollé, a polémica cresceu de tom a partir do momento em que o governo do arquipélago revelou a sua incapacidade para sustentar o crescimento demográfico decorrente da concentração de uma população europeia e chinesa não produtiva. O subsequente aumento da fiscalidade sobre os indígenas (acostumados a uma cultura de subsistência e, como tal, incapazes de responder às exigências da ocupação) levou os Agostinhos a ameaçar abandonar as suas missões, num momento em que era a ordem mais representativa no arquipélago. A tudo isto somou-se alguma intermitência inicial da carreira que ligava Manila a Acapulco e as queixas dos comerciantes

CRONISTAS ESQUECIDOS DO EXTREMO ORIENTE (SÉCULOS XVI-XVIII)

de Sevilha perante a diminuição do afluxo de prata americana. Duas décadas volvidas sobre o início da conquista, as Filipinas assumiam contornos de um cenário pouco rentável, deficitário mesmo, que exigia à monarquia espanhola uma consideração atenta da matéria³⁹.

As Filipinas substituem-se a uma designação anterior, assumindo uma realidade e, necessariamente, uma identidade, completamente diferentes, onde a intervenção castelhana se assume como o momento decisivo das mesmas e o marco entre o antes e o agora.

A primeira grave crise económica da ocupação castelhana pôde, entretanto, ser superada, em grande parte, devido à mobilização do jesuíta Alonso Sánchez e do primeiro bispo das Filipinas, Domingo de Salazar, O. P., tendo o recente câmbio dinástico em Portugal e as perspectivas de uma intervenção na China desempenhado um papel relevante nesse processo⁴⁰. Contudo, a integração do Estado da Índia na monarquia dos Habsburgo acentuou tensões em torno dos limites e definição dos espaços de influência portuguesa e castelhana. A multiplicação, até o final do século XVI, de memoriais a defender a conquista da China, do Camboja ou de Maluco a partir das Filipinas colocava como central o devir das ilhas enquanto agente geoestratégico na Ásia Oriental e do Sueste.

Deste modo, o debate sobre a conservação das Filipinas – que, nos inícios do século XVII, volta a ganhar força, mercê do insucesso de vários projectos e empresas militares – acompanha uma outra reflexão que considerava a necessidade de um reordenamento da presença oficial ibérica nestas regiões⁴¹.

Na literatura histórica, estas polémicas encontram particular ressonância na obra de Bartolomé Leonardo

de Argensola. Numa passagem retirada, provavelmente, de um parecer do *Consejo de Estado*, o autor dá conta das principais objecções levantadas à continuidade nas Filipinas. A presença nas ilhas era entendida como uma dispersão dos recursos e de territorialidade da Coroa, que se conjugava para aumentar o seu enfraquecimento, dado o elevado nível de gastos que exigiam e o incipiente retorno que proporcionavam⁴². A apreciação da situação do arquipélago culminava com uma proposta para uma recondução de esforços para a Europa, onde era mais conveniente procurar o acrescentamento do território.

Num período, pois, de interrogação sobre o futuro das ilhas, a figura máxima da coordenação da expansão ultramarina castelhana decide encomendar um texto destinado a exaltar e defender a gesta asiática. Não surpreende, portanto, que na *Conquista* se sinta de forma mais presente a dimensão estratégica das Filipinas que propriamente a histórica. Esta tem, literariamente, um valor estruturante muito reduzido, na medida em que a sua funcionalidade se prende com a necessidade de enquadramento e elogio da situação geográfica do arquipélago. A história da conquista das Filipinas limita-se a indicações sumárias sobre a conquista de Cebú, sua comarca (*Pintados*) e de Lução, descobrimento de Marivelez, ilha próxima de Manila, para passar de imediato à descrição do arquipélago⁴³.

O debate sobre as Filipinas assume, na *Conquista*, um esgrimir de argumentos pela vitória na hierarquia dos valores seiscentistas. A viabilidade das ilhas enquanto plataforma de acesso comercial, mas sobretudo evangélico, à Ásia impossibilitava o equacionar da sua evacuação. A obrigação apostólica da Coroa de Castela para com a gentildade suplantava a razão de estado que estivera na base, por exemplo, do retraimento voluntário do império chinês que, de acordo com a tradição literária de Juan González de Mendoza, incorporada na *Conquista*, havia, outrora, dominado o arquipélago⁴⁴.

A evangelização assume, em Leonardo de Argensola, um papel fundamental no enquadramento da ocupação. De tal modo assim o é que as últimas palavras redigidas na *Conquista* transmitem o sentimento do dever cumprido quando, recuperada Ternate, “*pasaron a él [Maluco] nuestros Ministros y Predicadores. Volvió la voz del Evangelio a sonar en los últimos fines de la tierra*”⁴⁵. Ulteriormente, a missão mobiliza e justifica a expansão e condiciona-a processualmente.

FORGOTTEN CHRONICLERS OF THE FAR EAST (16TH–18TH CENTURIES)

Ao longo de *Conquista*, o arquipélago será, neste contexto de incentivo à expansão, claramente entendido como a alternativa ao Estado da Índia para a defesa de Maluco e ao comércio do cravo. Esta posição aproxima-se do teor de vários memoriais preparados na primeira década do século XVII⁴⁶. Referimo-nos, em concreto, aos que foram avaliados pelo Conde de Lemos entre Outubro de 1607 e Fevereiro de 1609, da autoria de Pedro de Baeza.

Baeza, que de acordo com as suas próprias informações participou no comércio entre Cantão, Macau e o Japão e no trato da Insulíndia, pretendeu uma racionalização da fronteira asiática dos dois impérios ibéricos e das estruturas comerciais existentes. Entre as suas várias propostas previa, em notável detrimento das redes mercantis praticadas pelos portugueses, a canalização do comércio do cravo para as Filipinas e seu transporte para a Europa por via da Nova Espanha⁴⁷. A sua idealização da fronteira asiática pressupunha um recentrar de esforços em torno das Filipinas. O abandono das ilhas, num período de investimento holandês nos mares da Insulíndia, condenaria toda a Índia Oriental, dado que os portugueses haviam atingido os limites das suas capacidades no que tocava a impedir o transporte das especiarias para a Europa por outras vias, como pela Turquia e pelas Províncias Unidas⁴⁸. A reorientação do comércio do cravo e o fortalecimento da posição castelhana nas Filipinas dissuadiria, ulteriormente, os holandeses de manter o investimento nas armadas que se deslocavam à região e conservar-se-ia o já conquistado, aumentando-se o lucro.

Estas ideias encontram-se claramente sintetizadas na obra de Leonardo de Argensola (página seguinte).

Em conformidade com a linha de pensamento delineada por Pedro de Baeza, o autor de *Conquista* introduz a ideia de Manila como praça de armas de apoio a Maluco. A incapacidade de Goa ou Malaca para enviar socorros⁵¹ potencia o crescimento da posição de Manila no conceito estratégico da Insulíndia e justifica a alternativa filipina à organização do comércio do cravo.

Numa conjugação entre proposições governativas e a memória histórica do recuo português em Maluco, Leonardo de Argensola caracteriza a intervenção de Manila como uma fatalidade, uma solução incontornável para o problema da posse de Maluco⁵².

A percepção de Manila como alternativa a Malaca foi, de resto, quase imediata ao acesso de Filipe II à Coroa de Portugal. Entre os mais entusiásticos defensores desta solução estiveram os jesuítas da missão de Maluco. A perda da fortaleza de Ternate em 1575 representara um golpe muito duro para as actividades da Companhia de Jesus naquelas ilhas. A distância de Amboíno, e não obstante a nova posição em Tidore, dificultava o acompanhamento da cristandade malucense, que tendia a reincidir e a adoptar a lei islâmica. As atenções viravam-se, então, para a recém fundada missão das Filipinas, onde se reconhecia a rapidez das comunicações com Maluco⁵³ (as viagens tardavam um máximo de vinte dias) e a comodidade e segurança do provimento de novos religiosos a partir da Nova Espanha⁵⁴.

A esperança de uma intervenção militar a partir de Manila que reforçasse os laços entre os dois arquipélagos atravessa a correspondência jesuíta nas décadas seguintes. Particularmente, os religiosos estacionados em Maluco significaram ao seu Geral a convicção da incapacidade da Índia portuguesa em se impor numa região onde as Filipinas se encontravam em ascensão como novo poder hegemónico no Sueste Asiático insular. Essa condição tornava-se, cada vez mais, uma evidência patenteada pela submissão de alguns potentados locais em troca de protecção e assistência⁵⁵. Nas vésperas da expedição de Gómez Pérez Dasmariñas a Maluco (1593), o entusiasmo foi notório, multiplicando-se as recomendações ao envio de padres por via das Filipinas entre certezas que a conquista das ilhas das especiarias se concretizaria se fossem enviados soldados da Nova Espanha. O sentimento de urgência sobre o devir da cristandade malucense espelhou-se, melhor que em



Portmensor do retrato de Filipe II por Ticiano (Museu do Prado, Madrid).

CRONISTAS ESQUECIDOS DO EXTREMO ORIENTE (SÉCULOS XVI-XVIII)

TEXTO DE PEDRO DE BAEZA⁴⁹

Todas estas islas juntas [las del Maluco] dan todos los años vnos con otros veyntedos, veynte y quatro mil quintales de clauo, que se coge en ellas, vn año mucho, otro no tanto, porque se coge como en España la azeytuna. Este clauo se trae por mano de Portugueses en el Galeon del trato que va de Goa a Maluco con el socorro y paga para la gente que reside en el Castillo y fuerça de Ternate, y en otra naue que embia el Capitan de Malaca, y en estas dos embarcaciones se traen cada año siete ocho mil quintales, los quales se traen a Malaca, y de alli se lleuan a Goa, adonde reside el Virrey de la India Oriental, que es la tercia parte del clauo que se coge en estas Islas, y la otra tercia parte la traen de las Islas de Maluco Iaos, y Malayos mercaderes, que lo compran a trueque de bastimientos y paños de algodón, el qual clauo lo lleuan a vender la mayor parte Al dacheim, y de alli se embarca para Alexandria. La otra parte se lleua a vender por naturales a Malaca, y de alli se reparte por todas las partes de los Reynos de la India y toda esta cantidad de clauo, quando llega a Malaca, paga ocho por ciento de entrada de derechos ha Su Majestad: y de todo este clauo vienen a Portugal vnos años con otros dos mil quintales, y muchos años no viene tanto, y lo que viene se gasta en España Francia, Flandes y Ingalaterra [sic] Y Alemania. De manera que de veynte y quatro mil quintales de clauo que dan las Islas de Maluco, todos los años solamente [sic] viene a Portugal la dezima parte de ello, y aun no viene tanto, y las nueue partes se gastan todas en Asia, Europa. Lo qual es de considerar, que con mucha facilidad se puede hazer, que la mayor parte de todo este clauo venga a España, por via de Felipinas que sera vno de los mayores arbitrios y aprouechamientos que estos Reynos puedan tener, en grande acrecentamiento de la Hazienda de su Magestad, por el mucho precio que tiene este clauo aca en España, y lo poco que vale alla en Maluco.

TEXTO DE BARTOLOMÉ LEONARDO DE ARGENSOLA⁵⁰

Decían que ahora son estas riquezas de mayor estimación, y que si por Filipinas se encaminase el viaje y comercio de ellas, evitarían todos los peligros que en el de Amboino, Banda, Borneo, los Arrecifés, las tormentas de aquellos golfos se padecen; porque particularmente el clauo le traen Portugueses en su galeón, del trato que pasa de Goa a Maluco, para socorrer y pagar la gente de los presidios. En esta embarcación se traen cada año, poco más o menos, de veinticuatro mil quintales de clauo hasta Malaca y Goa: desde los puertos y plazas lo reparten navíos de Persas Y Turcos, Chinas y Africanos, y a Europa llega apenas la tercera parte: muchas de las demás ocupa el Rey de Achem en la Sumatra, de donde lo embarcan a Alejandría. Todas estas mercaderías llegadas a Malaca, pagan ocho por ciento. De la droga que llega a España participan todos los reyes de Europa, y que con mucha facilidad se podrá trazar que la mayor parte de ella viniese a España por Filipinas, y que sería uno de los más generosos arbitrios que en materia de hacienda se podía ofrecer, en evidente acrecentamiento de ella, considerando el grande precio que el clauo se vende en España y cuán bajo es el de las Malucas.

FORGOTTEN CHRONICLERS OF THE FAR EAST (16TH–18TH CENTURIES)

ninguém, nas acções do visitador e depois superior das missões Antonio de Marta que, agastado com a falta de apoio do vice-rei da Índia e o silêncio do seu próprio Geral, rumou às Filipinas apostado em aliciar o seu governador à conquista de Maluco. O zelo deste religioso não passou despercebido a Leonardo de Argensola, que em duas ocasiões o menciona na sua obra⁵⁶.

Contrariamente ao que sucede na narrativa de *Conquista de las Islas Malucas*, Antonio de Morga estruturou a memória da presença castelhana na Ásia a partir da experiência nas Filipinas. O discurso histórico desenvolve-se a partir das ilhas e das suas instâncias governativas. A mudança de Governador é um momento de entreacto, onde termina e de onde recomeça, em novo capítulo, a acção. Esta desenrola-se entre marcos temporais que são os da conquista, renunciando ao enquadramento circunstanciado que Leonardo de Argensola privilegiou.

A coetaneidade das duas obras não implica, portanto, uma coincidência das inquietações por parte dos seus autores. Ao antigo *oidor* aparentam distantes as polémicas de conservação das ilhas. O compromisso com a defesa do investimento da Coroa em Maluco, evidenciado em Leonardo de Argensola, bem como as reflexões geoestratégicas que lhe estão subjacentes, não encontram paralelo em Morga: aqui, a estética discursiva impele uma cadência factológica onde o possibilismo e o sentido de devir da expansão castelhana na Ásia não encontram lugar. O autor afecta, é certo, a consciência de um mau-estar provocado pelo entabulamento das conexões comerciais entre os vice-reinos americanos e as Filipinas e o seu entorno, engrossando-se

*“tanto este trato, que
hazía daño y perjuizio*

*a las mercaderías de España, que se cargavan al Perú, y a la Nueva España, y a los derechos reales, que por razón dellas se cobran*⁵⁷.

Contudo, a menção a esta corrente de opinião acabaria por esbater-se em meio ao relato sobre o intenso dinamismo mercantil e económico gerado pela presença castelhana, ao qual Morga devotaria longas páginas.

Na sua obra, portanto, a ordem do discurso não é a de um polemismo reflexivo sistemático. No capítulo onde se registam estes elementos, o teor da narrativa é muito mais o de uma memória histórica descritiva, onde a manifestação de um posicionamento crítico sobre o conteúdo não conduz a uma problematização da matéria em causa.

Apenas ao finalizar o sétimo capítulo, e último de matéria histórica, deixou o autor transparecer um pouco das reacções que as apostas orientais começavam a suscitar, mas sobre as quais renunciou, nesse momento, elaborar. A formação de uma opinião negativa relativa à estratégia seguida nas Filipinas e em Maluco é um tópico divulgado em forma de epílogo, de modo a

cruzar-se com o projecto literário pessoal de Antonio de Morga em *Sucesos*: o confronto com Olivier van Noort.

O acosso holandês forma uma tríade de contradições às soluções de ocupação das ilhas asiáticas, de que participam ainda as limitações ao volume de comércio vindo da Nova Espanha e a ineficácia da ocupação de Maluco por Don Pedro de Acuña em sustentar as incursões de Mindanau e de Sulu às Visayas Centrais⁵⁸. O alerta ominoso com que encerra o sétimo capítulo (e, poder-se-ia dizer numa certa acepção, a obra), prevendo futuras expedições oriundas de Holanda, pretende realçar



Frontispício de *Conquista de las Islas Malucas* de Bartolomé Leonardo de Argensola.

CRONISTAS ESQUECIDOS DO EXTREMO ORIENTE (SÉCULOS XVI-XVIII)



Imagem da cidade de Manila em arca filipina do século XVII. Museo Bello y González, Puebla (México).

a importância do combate ao inimigo no acesso à especiaria. Assim erigido à condição de problema mais grave dos castelhanos nas Filipinas, Antonio de Morga potencia o valor da batalha da sua armada contra Van Noort e redimensiona o significado do recontro. O regresso à Europa do navio sobrevivente traduz-se num acentuar da gravidade da questão e, proporcionalmente, da amplitude do exemplo da armada que se opôs aos holandeses.

Se a cadência discursiva de Morga resiste ao polemismo, ao seu programa literário não foi alheio um sólido sentido crítico sobre a presença castelhana nas ilhas, o qual sabemos ter, desde cedo, desenvolvido no exercício das suas funções.

Quando cotejadas com a epistolografia produzida por Morga durante o exercício das suas funções no arquipélago, estas breves considerações revelam um posicionamento crítico acerca das soluções expansionistas dos castelhanos na Ásia e, principalmente, do papel das Filipinas nesse processo. A este respeito, Antonio García-Abásolo e Rosario Pérez haviam já notado o escasso entusiasmo com que Morga apreciava o investimento militar para além das ilhas, privando o arquipélago de efectivos humanos muito necessários à sua defesa e consolidação territorial⁵⁹. O autor manifestou, pelo contrário, uma preferência clara pela conquista de Mindanau, “*la más importante para la seguridad de ellas [ilhas Filipinas] y conquista del Maluco y otros reinos*”⁶⁰. Em

1596, quando escreve esta carta, é visível a consciência de que uma expansão que considerasse cenários exteriores a uma insularidade dependia, em larga medida, de um reforço das posições militares nesta área geográfica. Em contraponto, a insistência nas carências em armamento e soldadesca, onde “*Ya hay muy pocos en estas yslas que sepan tomar el arcabuz en la mano*”⁶¹, alertava para a fragilidade real do arquipélago.

Neste domínio, o mesmo dinamismo comercial que, de certo modo, relativizara uma corrente de opinião adversa aos tratos asiáticos, surge como a causa da indolência dos súbditos de Filipe III. A panóplia de produtos aportados ao território durante os meses do trato foi portadora de consequências sociais de nomeada que influíram na vida da nova conquista, provocando uma atracção pelo comércio e a renúncia aos ofícios e trabalhos braçais⁶². Os ritmos mercantis que estimulavam a economia do arquipélago acabou por fazer com que os castelhanos

“*no se an aplicado, ni tratan de otra cosa; con que, ni ay labores, ni granjerías del campo de consideración, ni labran ni benefician minas, ni lavaderos de oro, (que ay muchos) ni se dan a otras muchas cosas que pudieran, con mucho aprovechamiento (si el trato de China les faltara) que para esto a sido de mucho daño y perjuyzio*”⁶³.

Não obstante as contrariedades decorrentes desta vivência, a conjugação, em Morga, de narrativas

FORGOTTEN CHRONICLERS OF THE FAR EAST (16TH–18TH CENTURIES)

de conteúdo militar e mercantil relativas às Filipinas reforçam a noção de uma interpenetração muito forte entre as ilhas e o espaço que as rodeia. No plano discursivo, a dimensão comercial das ilhas contraria o movimento narrativo global da matéria histórica, naturalmente expansivo, em direcção às fronteiras do arquipélago e mais além. À lógica da acção alicerçada em redor do espaço geográfico insular e da autoridade dos seus governadores opõe-se o movimento centrípeta de uma plêiade de mercadores das mais diversas proveniências asiáticas, para além dos que chegavam da Nova Espanha⁶⁴.

Em Morga, a localização das Filipinas na Ásia oriental pressupõe, portanto, uma extensão intencional da sua capacidade de representação junto dos restantes cenários asiáticos, aos quais se encontram permanentemente ligadas por laços de comércio. É a este universo que, ao encerrar a matéria histórica, se vaticinam tempos difíceis:

“Ya hazen los Holandeses el viaje más corto y seguro, de ida y buelta [...]; que como le tienen tan conocido, y experiencia de las grandes ganancias que dél se les siguen, serán malos de echar del Oriente, donde tantos daños an hecho, en lo espiritual y temporal”⁶⁵.

V

Em 1609, o recurso a dois referentes geográficos distintos para compreender a experiência castelhana na Ásia numa perspectiva histórica é um indicador fortemente expressivo da complexidade que representou a introdução de um novo agente regional nos litorais asiáticos. A consolidação do “governo das Filipinas” é indissociável de um acerto e reajustamento das potências e potentados locais à sua presença, processo que se complexifica quase de imediato devido às alterações políticas no reino de Portugal. A expansão castelhana na Ásia corresponde, portanto, a uma incontornável e necessária dispersão dos cenários de intervenção, onde as Filipinas representam a constante territorial, ponto de partida e centro logístico, mas não um espaço terminal ou cristalizado das ambições castelhanas.

A literatura histórica até 1609 foi, verdadeiramente, o espelho de todas estas perspectivas de passagem. É sintomático que o primeiro impresso a introduzir narrativas da gesta castelhana na Ásia tenha sido, primordialmente, um discurso vocacionado para o

conhecimento da China. Ilustrativa da disparidade das expectativas que se colocavam a quem chegava ao arquipélago foi, também, a dispersão geográfica contida no título que Marcelo de Ribadeneira escolheu para a sua obra – *Historia de las Islas del Archipiélago Filipino y Reinos de la Gran China, Tartaria, Cochinchina, Malaca, Siam, Cambodge y Japón*.

Baeza, que de acordo com as suas próprias informações participou no comércio entre Cantão, Macau e o Japão e no trato da Insulíndia, pretendeu uma racionalização da fronteira asiática dos dois impérios ibéricos e das estruturas comerciais existentes.

A memória da dispersão é, neste sentido, a da construção contínua de um espaço de influência. A expressão de uma conquista inacabada traduz, contudo, um dinamismo de base na percepção desse espaço e, consequentemente, dos seus próprios limites. No que diz respeito às “Filipinas”, a delimitação da fronteira não se processou sobre um referente político anterior, o que possibilitou a incorporação de novas unidades insulares ao “governo das Filipinas”, sem que isso envolvesse a introdução de formas alternativas de compreender a geografia.

Nos textos de Antonio de Morga e Bartolomé Leonardo de Argensola, designação toponímica e conteúdo semântico são instâncias de identidade que acusam o carácter processual e incompleto da expansão castelhana. Se a prática do governo fornece coerência e estrutura à forma *Filipinas*, é também o que possibilita que a sua expressão geográfica implique, a um tempo, domínio e intenção de domínio.

Esta concepção fluída do espaço, que literariamente se substancia em imagens dissonantes de identidade,

CRONISTAS ESQUECIDOS DO EXTREMO ORIENTE (SÉCULOS XVI-XVIII)

está subjacente à estruturação do conteúdo histórico das obras, determinando, ulteriormente, a centralidade das ilhas na narrativa e, portanto, um posicionamento particular acerca da expansão castelhana. A possibilidade de enriquecimento semântico do topónimo significa e antecipa a prossecução da empresa expansionista. Em 1609, no entanto, perante dois projectos literários distintos, a inscrição das Filipinas na economia da narrativa desempenha funções particulares, consoante o ideal ou programa de intervenção e de inscrição no Sueste Asiático.

Em Morga, a consciência da desmesurada dispersão territorial, juntamente com o seu desígnio de promoção pessoal, motivou uma valorização das ilhas Filipinas e do seu governo como patamar discursivo fundamental. Tomar o governo do arquipélago como objecto narrativo central permitiu salientar a sua condição de agente regulador basilar das movimentações castelhanas na Ásia, sem o qual seriam inviáveis todos os demais projectos. O antigo oficial da *Audiencia* de Manila cunhava, deste modo, uma imagem das Filipinas como bastião estratégico e núcleo logístico para a continuidade da empresa asiática, tornando premente o reforço da posição nas ilhas.

Para o cronista do Conde de Lemos, o valor estratégico do arquipélago, não sendo menor, foi, contudo, equacionado a partir de um debate mais alargado que considerava a orgânica da presença ibérica na Ásia Oriental e do Sueste e a possibilidade do seu reordenamento governativo e comercial. Em Leonardo de Argensola, tratava-se de afirmar o protagonismo militar das Filipinas na região pela defesa de uma primazia a nível governativo e de promover o arquipélago como via alternativa para a rota do cravo. O compromisso com a celebração da conquista de

Ternate, porquanto se tenha traduzido num decréscimo do enfoque narrativo, não significou uma desvalorização do potencial estratégico das ilhas. Antes, reforçou, no interior de uma problemática distinta da de Morga, a importância das Filipinas para a continuidade da presença ibérica nos mares asiáticos e para a sua ulterior optimização.

Em 1609, construir a memória da gesta castelhana na Ásia significa, em larga medida, enunciar os caminhos futuros dessa expansão à luz de imperativos geoestratégicos particulares. Neste sentido, para a fixação do passado concorrem expectativas de uma maior dimensão de poder no Sueste Asiático. Condição de possibilidade de todas essas ambições, motor do processo expansionista, as Filipinas emergem, nas construções literárias de 1609, como instância governativa estruturante de uma realidade cujos limites são, na sua essência, imprecisos. As percepções fluídas de patamares da identidade das Filipinas significam que esta se projecta sobre um objecto que não é linear nem, ao nível imediato da geografia, finito. Como consequência, *Filipinas* remete para uma imagética fundamentalmente inclusiva, por via de afirmação de soberania, do espaço. Expressão do poder castelhano, correspondem, no Sueste Asiático, à materialização de uma nova ordem regional, cujas implicações suscitaram, em Antonio de Morga e Bartolomé Leonardo de Argensola, inquietações distintas. **RC**

Nota do Autor: Este artigo baseia-se num estudo realizado com o apoio do Programa de Bolsas Integradas “Ruy de Clavijo” da Casa Asia sobre “As Filipinas na Literatura Histórica Ibérica (1580-1640)”. Gostaria de expressar à Casa Asia, bem como ao Prof. Doutor Rui Manuel Loureiro, orientador desse projecto, os meus agradecimentos pelo apoio concedido.

FORGOTTEN CHRONICLERS OF THE FAR EAST (16TH–18TH CENTURIES)

NOTAS

- 1 Cf. Donald F. Lach e Edwin J. Van Kley, *Asia in the Making of Europe*, Vol. III, p. 1493.
- 2 Manel Ollé, *La invención de China. Percepciones y estrategias filipinas respecto a China durante el siglo XVI*, p. 86.
- 3 Rafael Valladares, *Castilla y Portugal en Asia (1580-1680). Declive imperial y adaptación*, pp. 6-7.
- 4 Marcelo de la Ribadeneira, *Historia de las islas del archipiélago Filipino y reinos de la Gran China, Tartaria, Cochinchina, Malaca, Siam, Cambodge y Japón*.
- 5 Pedro Chirino, *Relación de las islas Filipinas i de lo que en ellas an trabajado los Padres de la Compañía de Jesús*.
- 6 Gabriel Quiroga de San Antonio, “Breve y verdadera relacion de los sucesos del reino de Camboxa”, in G. de San Antonio e R. de Vivero, *Relaciones de la Camboya y el Japón*. Edición de Roberto Ferrando, Madrid, Historia 16, 1998.
- 7 Miguel Rodrigues Lourenço, *As Filipinas na Literatura Histórica Ibérica (1580-1640). Uma análise estrutural*, pp. 31-33.
- 8 Marcelo de Ribadeneira, *op. cit.*, p. 21.
- 9 Antonio de Morga, *Sucesos de las Islas Filipinas*, Madrid, Ediciones Polifemo, p. 7. Será esta a edição que seguiremos ao longo deste artigo.
- 10 Bartolomé Leonardo de Argensola, *Conquista de las Islas Malucas*, pp. 13-14.
- 11 *Ibidem*, p. 13.
- 12 Francisca Perujo, “Estudio Preliminar”, Antonio de Morga, *Sucesos de las Islas Filipinas*, p. xxxiii.
- 13 “Prólogo de W. E. Retana”, in Antonio de Morga, *Sucesos de las Islas Filipinas*, p. 492.
- 14 Patricio Hidalgo Nuchera, “Prólogo”, in Antonio de Morga, *Sucesos de las Islas Filipinas*, p. xiv; Francisca Perujo, “Estudio Preliminar”, *cit.*, p. xxviii.
- 15 “Prólogo de W. E. Retana”, in Antonio de Morga, *Sucesos de las Islas Filipinas*, pp. 493-494.
- 16 *Ibidem*, p. 492. Leia-se, ainda, Antonio García-Abásolo e Rosario Pérez Alcalá, “Antonio de Morga. La visión de Filipinas de un magistrado sevillano del siglo XVI”, *Andalucía y América. Actas del II Congreso de Historia de Andalucía, Córdoba, 1991*, pp. 69-71.
- 17 J. S. Cummins, “Editor’s Introduction”, *Sucesos de las Islas Filipinas by Antonio de Morga*. Translated and Edited by J. S. Cummins, pp. 17-18; Patricio Hidalgo Nuchera, “Prólogo”, *loc. cit.*, p. xxxiii.
- 18 Joaquín Aznar Molina, *Los Argensola*, p. 30 e 136; Otis Howard Green, *Vida y Obras de Lupericio Leonardo de Argensola*, pp. 9-10; *Rimas de Lupericio y Bartolomé L. de Argensola*, Vol. I, pp. xv-xvi; Pedro Peiré Santas e Estela Puyuelo Ortíz, “La figura de Bartolomé Leonardo de Argensola”, in Rosa María Marina Sáez *et al*, *El horacianismo en Bartolomé Leonardo de Argensola*, pp. 9-10.
- 19 Isabel Enciso Alonso-Muñumer, *Nobleza, poder y mecenazgo en tiempos de Felipe III. Nápoles y el Conde de Lemos*, pp. 206 e 227.
- 20 *Ibidem*, pp. 210-211 e 227-230; Ernesto Schäfer, *El Consejo Real y Supremo de las Indias. Historia y organización del Consejo y de la Casa de Contratación de las Indias*, Vol. 1, pp. 180-189.
- 21 Alfonso Pardo Manuel de Villena, *El Conde de Lemos. Noticias de su vida y de sus relaciones con Cervantes, Lope de Vega, los Argensola e demás literatos de su época*, pp. 46-47.
- 22 Bartolomé Leonardo de Argensola, *op. cit.*, p. 145.
- 23 *Ibidem*, p. 153.
- 24 *Ibidem*, p. 27.
- 25 Antonio de Morga, *op. cit.*, p. 272.
- 26 *Ibidem*, p. 251.
- 27 *Ibidem*, p. 8.
- 28 *Ibidem*, p. 290.
- 29 O anacronismo é claro, pois o topónimo, tanto na sua forma singular como plural, precede a conquista.
- 30 Antonio de Morga, *op. cit.*, p. 21.
- 31 Esta aceção é particularmente evidente na *Breve y verdadera relacion de los sucesos del Reyno de Camboxa* (1604) do dominicano Gabriel Quiroga de San Antonio. A descrição do mundo com que introduz a sua relação é dividida em seis grandes blocos geográficos de referência: Europa, África, Ásia, América, um postulado continente austral (Tierra del Fuego) e o Arquipélago de São Lázaro. Gabriel Quiroga de San Antonio, “Breve y verdadera relacion de los sucesos del reino de Camboxa”, in G. de San Antonio e R. de Vivero, *Relaciones de la Camboya y el Japón*. Edición de Roberto Ferrando, p. 43.
- 32 Em 1744, o franciscano Juan Francisco de San Antonio reporta-se, nas suas *Chronicas de la apostolica provincia de San Gregorio*, a uma “Descripción” das Filipinas onde se tratava dos costumes dos indígenas do arquipélago. Esta “Descripción”, redigida, de acordo com San Antonio, pelo mesmo Morga em 1598, corresponderia, não a um texto de natureza histórica, mas antes a um documento com uma vertente etnográfica e geográfica assinalável. “Prólogo de W. E. Retana”, *loc. cit.*, p. 492.
- 33 Antonio de Morga, *op. cit.*, p. 251.
- 34 Bartolomé Leonardo de Argensola, *op. cit.*, p. 204.
- 35 Diogo do Couto, *Década Quarta da Ásia*, Vol. I, p. 386; Bartolomé Leonardo de Argensola, *op. cit.*, p. 74.
- 36 Patricio Hidalgo Nuchera, *La Recta Administración. Primeros tiempos de la colonización en Filipinas: la situación de la población nativa*, p. 35.
- 37 Antonio de Morga, *op. cit.*, pp. 251-252.
- 38 Já em 1574 exprimia o vice-rei Martín Enríquez a convicção que as Filipinas não correspondiam a um projecto económico sustentável, mas antes que a sua conservação se justificava pela vontade política de manter o governo das ilhas. Antonio Francisco García-Abásolo, “La expansión mexicana hacia el Pacífico: La primera colonización de Filipinas (1570-1580)”, *Historia Mexicana*, Vol. XXXII, n.º 121, p. 69.
- 39 Cf. Manel Ollé, *La empresa de China. De la Armada Invencible al Galeón de Manila*, pp. 27-32.
- 40 Cf. *Ibidem*, p. 34.
- 41 Rafael Valladares, *op. cit.*, pp. 7 e 20-22.
- 42 Bartolomé Leonardo de Argensola, *op. cit.*, p. 85.
- 43 *Ibidem*, pp. 153-154.
- 44 *Ibidem*, pp. 146 e 150.
- 45 *Ibidem*, p. 354.
- 46 *Ibidem*, p. 130. O autor justifica esta posição a partir da cláusula do capítulo 24 do juramento de Filipe II em Tomar que tratava do provisionamento das armadas da Índia, pelo qual o monarca se reservava o direito de tomar o assento que mais julgasse conveniente para defesa do Reino.
- 47 Memorial de Pedro de Baeza de 14 de Janeiro de 1608, Biblioteca Nacional de Madrid, R/14034, p. 4.
- 48 *Ibidem*, pp. 2-3v e 8-8v.
- 49 *Ibidem*, p. 4. O itálico é nosso.
- 50 Bartolomé Leonardo de Argensola, *op. cit.*, pp. 86-87.
- 51 *Ibidem*, pp. 88, 145 e 211.
- 52 *Ibidem*, pp. 99 e 211.
- 53 Carta de Antonio Sedeño, Superior da Missão das Filipinas, de 12 de Junho de 1582, de Manila, in *Documenta Malucensia*, Vol. II, p. 123.

CRONISTAS ESQUECIDOS DO EXTREMO ORIENTE (SÉCULOS XVI-XVIII)

- 54 Carta de Bernardino Ferrari, Superior da Missão das Molucas, de 19 de Maio de 1583, de Amboíno, *ibidem*, p. 126.
- 55 Carta de Alonso Sánchez, S.J., de Novembro-Dezembro de 1587, de Madrid, *ibidem*, p. 222.
- 56 Bartolomé Leonardo de Argensola, *op. cit.*, pp. 69 e 83.
- 57 Antonio de Morga, *op. cit.*, p. 311.
- 58 Idem, *ibidem*, pp. 234-235.
- 59 Antonio García-Abásolo e Rosario Pérez Alcalá, *op. cit.*, p. 71.
- 60 Carta de Antonio de Morga a Filipe II, de 6 de Julho de 1596, em Manila, in Antonio de Morga, *op. cit.*, p. 506.
- 61 Carta de Antonio de Morga a Filipe II, de 6 de Julho de 1596, em Manila, *loc. cit.*, p. 508.
- 62 Antonio de Morga, *op. cit.*, p. 311 e 315.
- 63 *Ibidem*, p. 315.
- 64 *Ibidem*, pp. 311-315.
- 65 *Ibidem*, p. 237.

BIBLIOGRAFIA

- Aznar Molina, Joaquín, *Los Argensola*. Zaragoza: Artes Gráficas E. Berdejo Casañal, 1939.
- Barreto, Luís Filipe, *Introdução à Sabedoria do Mar*. Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1986.
- _____, *Lavrar o Mar. Os Portugueses e a Ásia, c. 1480-c. 1630*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP), 2000.
- Boxer, C. R., *Portuguese and Spanish Projects for the Conquest of Southeast Asia*. Separata de *The Journal of Asian History*, Vol. III, n.º 2, [s. l.], 1969, pp. 118-136.
- _____, *Portuguese and Spanish Rivalry in the Far East during the 17th Century*. Separata de *Journal of the Royal Asiatic Society*, Dezembro de 1946 e Abril de 1947, pp. 150-164 e 91-105.
- Chirino, Pedro, *Història de la província de Filipines de la Companya de Jesús. 1581-1606*. Pròleg de P. Miquel Batllori. Transcripció de Jaume Górriz. Barcelona: Pòrtic, 2000.
- _____, *Relación de las islas Filipinas i de lo que en ellas an trabajado los Padres de la Compañía de Jesús*. Roma, por Estevan Paulino, 1604.
- Couto, Diogo do, *Década Quarta da Ásia*. Edição crítica e anotada coordenada por M. Augusta Lima Cruz, 2 vols. Lisboa: CNCDP, Fundação Oriente e Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999.
- Documenta Malucensia*. Edited and Annotated by Hubert Jacobs, Vol. II. Roma: Jesuit Historical Institute, 1980.
- Enciso Alonso-Muñuner, Isabel, *Nobleza, poder y mecenazgo en tiempos de Felipe III. Nápoles y el Conde de Lemos*. Madrid: Actas Editorial, 2007.
- García, José Manuel, *As Filipinas na Historiografia Portuguesa do Século XVI*. [s.l.]. CEPESA, 2003.
- García-Abásolo, Antonio Francisco, “La expansión mexicana hacia el Pacífico: La primera colonización de Filipinas (1570-1580)”, *Historia Mexicana*, Vol. XXXII, n.º 121, México, Julho-Setembro de 1982, pp. 55-88.
- García-Abásolo, Antonio e Pérez Alcalá, Rosario, “Antonio de Morga. La visión de Filipinas de un magistrado sevillano del siglo XVI”, *Andalucía y América. Actas del II Congreso de Historia de Andalucía, Córdoba, 1991*. Coordinación científica de la edición de Instituto de Historia de Andalucía (Universidad de Córdoba). Córdoba: Publicaciones de la Consejería de Cultura y Medio Ambiente de la Junta de Andalucía y Obra Social y Cultural Caja Sur, 1994, pp. 65-78.
- Gil, Juan, *Hidalgos y samurais. España y Japón en los siglos XVI y XVII*. Madrid: Alianza Universidad, 1991.
- _____, *Mitos y utopías del descubrimiento*, Vol. 2. Madrid: Alianza Editorial, 1989.
- González de Mendoza, Juan, *Historia del gran reino de la China*. Madrid: Miraguano Ediciones e Ediciones Polifemo, imp. 1990.
- Green, Otis Howard, *Vida y obras de Lupericio Leonardo de Argensola*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 1945.
- Herrera y Tordesillas, Antonio de, *Historia General de los Hechos de los Castellanos en las Islas y Tierrafirme del Mar Océano o “Décadas”*. Edición y estudio de Mariano Cuesta Domingo, 4 tomos. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 1991.
- Hidalgo Nuchera, Patricio, *La recta administración. Primeros tiempos de la colonización hispana en Filipinas: la situación de la población nativa*. Madrid: Ediciones Polifemo, 2001.
- _____, (ed.), *Los Primeros de Filipinas. Crónicas de la conquista del Archipiélago*. Madrid: Miraguano Ediciones e Ediciones Polifemo, 1995.
- Knauth, Lothar, “Morga: Génesis de un símbolo”, *Historia Mexicana*, Vol. XIV, n.º 2, México, Outubro-Dezembro de 1964, pp. 272-291.
- Lach, Donald F. e Van Kley, Edwin J., *Asia in the Making of Europe*, Vol. III. Chicago e Londres: University of Chicago Press, 1993.
- “Le memorial de Pedro Sevil à Philippe III sur la conquête d’Indochine (1603)”. Publié, traduit et annoté par Antoine Cabaton in *Bulletin de la Commission Archeologique de l’Indochine*, 1914-1916, Paris, 1916, pp. 1-102.
- Leonardo de Argensola, Bartolomé, *Conquista de las Islas Malucas*. Madrid: Miraguano Ediciones e Ediciones Polifemo, 1992.
- Linschoten, Jan Huygen van, *Itinerário, Viagem ou Navegação para as Índias Orientais ou Portuguesas*. Edição preparada por Arie Pos e Rui Manuel Loureiro, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.
- Lobato, Manuel, *Comércio, Conflito e Religião. Portugueses e Espanhóis nas Ilhas Molucas de 1512 a 1618*. Trabalho apresentado

FORGOTTEN CHRONICLERS OF THE FAR EAST (16TH–18TH CENTURIES)

- para efeitos de prestação de Provas de Acesso à categoria de Investigador Auxiliar, Lisboa, 2003. Texto policopiado.
- _____, *Política e Comércio dos Portugueses na Insulíndia. Malaca e as Molucas de 1575 a 1605*, Macau: Instituto Português do Oriente, 1999.
- Loureiro, Rui Manuel, “O Extremo Oriente na literatura ibérica, de 1580 à Restauração”, in Maria da Graça M. Ventura (coord.), *A União Ibérica e o Mundo Atlântico. Segundas Jornadas de História Ibero-Americana*. Lisboa: Edições Colibri, 1997, pp. 353-366.
- _____, Rui Manuel, “Contactos ibéricos com as Filipinas nos Séculos XVI e XVII. Breves apontamentos bibliográficos”, *Revista de Cultura*. Edição Internacional, n.º 7, Maio de 2003, R. A. E. de Macau, pp. 95 -107.
- Lourenço, Miguel José Rodrigues, *As Filipinas na Literatura Histórica Ibérica (1580-1640). Uma Análise Estrutural*. Estudo realizado com o apoio do Programa de Bolsas Integradas Ruy de Clavijo, concedida por Casa Asia. Orientação científica por Prof. Doutor Rui Manuel Loureiro, Lisboa, 2006. Texto policopiado.
- Manuel de Villena, Alfonso Pardo, *El Conde de Lemos. Noticias de su vida y de sus relaciones con Cervantes, Lope de Vega, los Argensola e demás literatos de su época*. Madrid: Imprenta de Jaime Ratés Martín, 1912.
- “Memoriais de Pedro de Baeza”, [s. l., s. n.], Outubro de 1607-Fevereiro 1609 (BNE, R/14034).
- Morga, Antonio de, *Sucesos de las Islas Filipinas*. Madrid: Ediciones Polifemo, 1997.
- _____, *Sucesos de las Islas Filipinas*. Edición crítica y comentada y estudio preliminar de Francisca Perujo. México D. F.: Fondo de Cultura Económica, 2007.
- Ollé, Manel, *La empresa de China. De la Armada Invencible al Galeón de Manila*. Barcelona: Acantilado, 2002.
- _____, *La invención de China. Percepciones y estrategias filipinas respecto a China durante el siglo XVI*. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag: 2000.
- _____, “Perspectivas comparativas en la expansión en Asia Oriental de Portugal y España en el siglo XVI”: in Jorge M. Santos Alves (coord.): *Portugal e a China. Conferências nos Encontros de História Luso-Chinesa. Convento da Arrábida: Fevereiro-Dezembro 2000*. Lisboa: Fundação Oriente, 2001, pp. 215-242.
- Oliveira, Francisco Roque de, “Os Portugueses e a Ásia Marítima, c. 1500-c. 1640: Contributo para uma leitura global da primeira expansão europeia no Oriente. 1.ª Parte: Os mares da Ásia no início do século XVI”, *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Vol. VII, n.º 151, 15 de octubre de 2003. Aos 04-03-2004 em <http://www.ub.es/geoscript/sn/sn-151.htm>
- _____, “Os Portugueses e a Ásia Marítima, c. 1500-c. 1640: Contributo para uma leitura global da primeira expansão europeia no Oriente. 2.ª Parte: O Estado Português da Índia”, *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Vol. VII, n.º 152, 15 de octubre de 2003. Aos 04-03-2004 em <http://www.ub.es/geoscript/sn/sn-152.htm>
- Peiré Santas, Pedro e Puyuelo Ortíz, Estela, “La figura de Bartolomé Leonardo de Argensola”, in Rosa María Marina Sáez et al., *El Horaciamismo en Bartolomé Leonardo de Argensola*. Madrid: Huerga & Fierro Editores, 2002, pp. 9-31.
- Quiroga de San Antonio, Gabriel, “Breve y verdadera relacion de los sucesos del reino de Camboxa”, in Gabriel de San Antonio e Rodrigo de Vivero, *Relaciones de la Camboya y el Japón*. Edición de Roberto Ferrando. Madrid: Historia 16, 1998, pp. 37-129.
- Ribadeneira, Marcelo de la, *Historia de las Islas del archipiélago Filipino y reinos de la Gran China, Tartaria, Cochinchina, Malaca, Siam, Cambodge y Japón*. Edición, prólogo y notas por el P. Juan R. de Legísima, OFM. Madrid: La Editorial Católica, 1947.
- Rimas de Lupercio y Bartolomé Leonardo de Argensola*. Edición, prólogo y notas por José Manuel Blecua, Vol. I. Zaragoza: Instituto Miguel de Cervantes, de Filología Hispánica /Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1950.
- Schäfer, Ernesto, *El Consejo Real y Supremo de las Indias. Historia y organización del Consejo y de la Casa de Contratación de las Indias*. Prólogo de Antonio-Miguel Bernal, 2 vols. Salamanca: Junta de Castilla y León /Consejería de Educación y Cultura e Marcial Pons, 2003.
- Schurtz, William Lytle, *El galeón de Manila*. Madrid: Ediciones de Cultura Hispánica, 1992.
- Sucesos de las Islas Filipinas by Antonio de Morga*. Translated and Edited by J. S. Cummins. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.
- Valladares, Rafael, *Castilla y Portugal en Asia (1580-1680). Declive imperial y adaptación*. Lovaina: Leuven University Press, 2001.
- Villiers, John, “Portuguese Malacca and Spanish Manila: Two Concepts of Empire”, in Roderich Ptak (ed.), *Portuguese Asia: Aspects in History and Economic History (Sixteenth and Seventeenth Centuries)*. Estugarda, Steiner Verlag Wiesbaden GMBH, 1987, pp. 37-57.